

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Cumprimento, em nome do Legislativo, as autoridades mencionadas pelo deputado Marco Vinholi.

Consulto se os líderes em plenário concordam com a suspensão proposta pelo deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Havendo concordância, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado e suspende a sessão por 45 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 32 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 20 minutos, sob a Presidência do Sr. Orlando Bolçone.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho e da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 18 horas e 25 minutos, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 25, de 2017, vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador, que instituiu o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária, nos conformes, define princípios para o relacionamento entre os contribuintes e o estado de São Paulo, e estabelece regras de conformidade tributária.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Atividades Econômicas, Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após a convocação do primeiro congresso, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 198, de 2018, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre a atividade de turismo rural e a política de fomento ao turismo rural no estado.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pela nobre deputada Márcia Lia e suspende a sessão até as 18 horas e 45 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 18 horas e 22 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 46 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da sessão anterior, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levantada-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.

24 DE ABRIL DE 2018 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em votação, em primeiro turno, adiada, a PEC 5/16.</p> <p>2 - CARLOS CEZAR Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome do Governo.</p> <p>3 - CARLÃO PIGNATARI Para comunicação, crítica o posicionamento do deputado Carlos Cezar, como líder do Governo, em relação à votação da PEC 5/16.</p> <p>4 - CARLOS CEZAR Para comunicação, rebate as críticas do deputado Carlão Pignatari e esclarece sua posição sobre a votação da PEC 5/16.</p> <p>5 - CAMPOS MACHADO Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome do PTB.</p> <p>6 - CARLOS GIANNAZI Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome do PSOL.</p> <p>7 - CAIO FRANÇA Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome do PSB.</p> <p>8 - PEDRO TOBIAS Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome do PSDB.</p> <p>9 - BETH LULA SAHÃO Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome do PT.</p> <p>10 - JOÃO PAULO RILLO Encaminha a votação da PEC 5/16, em nome da Minoria.</p> <p>11 - GILMACI SANTOS Para comunicação, informa que a bancada do PRB deve votar favoravelmente à PEC 5/16.</p> <p>12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Coloca em votação e declara aprovada, em primeiro turno, a PEC 5/16.</p> <p>13 - CARLOS CEZAR Requer verificação de votação.</p> <p>14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defero o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.</p> <p>15 - MARCO VINHOLI Informa que a bancada do PSDB está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>16 - DELEGADO OLIM Informa que a bancada do PP está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>17 - ITAMAR BORGES Informa que a bancada do PMDB está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>18 - CAIO FRANÇA Informa que a bancada do PSB está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>19 - CORONEL CAMILO Informa que a bancada do PSD está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>20 - ROGÉRIO NOGUEIRA Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>21 - REINALDO ALGUZ Informa que a bancada do PV está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>22 - BETH LULA SAHÃO Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo de votação.</p> <p>23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação, em primeiro turno, da PEC 5/16. Encerra a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p>
--

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, ele está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, a pauta é a PEC 5?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sim.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Quero já me inscrever de antemão para encaminhar pela liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, o encaminhamento é no momento do processo de votação.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposta de Emenda à Constituição.

Votação, em 1º turno, adiada - Proposta de emenda nº 5, de 2016, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Altera o inciso XII do artigo 115 da Constituição do Estado. Parecer nº 146, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável.

Em votação.

Para encaminhar a votação pela liderança do Governo, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha na galeria, plenário da Assembleia. Estamos aqui fazendo o encaminhamento da PEC 5, que começou já em 2016. Não é uma PEC nova, e nós temos conhecimento dela. Aliás, sou signatário e coautor dessa Proposta de Emenda à Constituição, juntamente com o deputado Campos Machado, que é um exímio lutador. A PEC não chegaria a esse ponto se não fosse pelo trabalho do deputado Campos Machado. Não apenas ele, mas a imensa maioria desta Casa a assinou, reconhecendo o valor de uma PEC que vai dar condições e progressão a alguns trabalhadores, que há muito tempo não têm seu salário reajustado. Ela é justa.

Porém, Sr. Presidente, estamos vivendo uma transição de Governo. Este Governo está estabelecido há pouco mais de 10 dias, quando Márcio França tomou posse. Além disso, ao assumirmos essa PEC, ela terá implicações para o próximo Governo. Ela diz que o aumento será escalonado, mas seus efeitos começam a contar a partir de sua promulgação. Há o prazo de 12 meses, e depois disso já começam aqueles aumentos. Ou seja, efetivamente ela já alcança os trabalhadores e servidores. É bom lembrar que a lei eleitoral, em seu Art. 73, inciso VIII, veda aos agentes públicos a remuneração para todos os servidores, de forma geral. Enfim, ela veda nossa ação até o dia da posse.

Ou seja, estamos aprovando uma PEC num período eleitoral. Uma PEC que vai ter efeitos efetivos a partir de agora, com sua promulgação. Estamos beneficiando uma categoria, que é importante e merece todo esse apoio e empenho, mas a PEC já vai cumprir efeitos a partir da promulgação, daqui a 12 meses. E, a rigor, o Ministério Público, deputado Fernando Capez, sempre presta um papel fiscalizador, sempre exerce o papel mais restritivo e punitivo da lei. E V. Exa. sabe que o Ministério Público pode enxergar isso de forma a estar infringindo a lei eleitoral, a estar se beneficiando de uma votação que a lei nos proibe.

A lei não permite que isso aconteça efetivamente nesse período eleitoral. Ela já prevê essa proibição.

Então, Sr. Presidente, acho inoportuno que venhamos a aprovar essa PEC. Sou favorável a ela, mas, neste momento, não podemos votá-la. Como líder do Governo, quero dizer que vou fazer encaminhamentos para que a base aliada, neste momento, possa e, em outra oportunidade, possamos apreciar e votar com todas as convicções.

Vale lembrar que os efeitos dela não se darão, de forma efetiva, no próximo mês ou no próximo dia. Mas já fica garantido na lei que eles dar-se-ão daqui a 12 meses. Nós poderemos incorrer em crime eleitoral, poderemos estar tocando naquilo que o Ministério Público gosta de fazer. Ele pode vir a esta Casa, em cada deputado, e entrar com ação por improbidade, com ação eleitoral contra cada um de nós. Então, precisamos ter todas as convicções e seguranças jurídicas para que isso não aconteça.

Sr. Presidente, o Dr. Geraldo Alckmin, médico anestesista, é um homem que fez um Governo no estado de São Paulo por 14 anos, um homem que sempre primou pela responsabilidade. Ele, de forma veemente, sempre foi contra a PEC 5. Sempre lutou para que ela não fosse pautada, inclusive em momentos do passado, em que não haveria problema algum se ela fosse aprovada. Por 20 anos, se considerarmos os antigos governos do PSDB, ou pelos 14 anos do Dr. Geraldo Alckmin, essa PEC não foi pautada. Nós não a aprovamos.

Agora, com pouco mais de dez dias, vamos ao Colégio de Líderes com uma pauta, com algo que gostaríamos que fosse pautado hoje e que fosse votado, como acordamos na semana passada. Refiro-me à questão do PLC 25, veto imposto pelo Governo anterior, e não por este Governo. Queríamos a derrubada desse veto. Trouxemos essa questão e esperávamos que isso fosse discutido no Colégio de Líderes.

Hoje, no Colégio de Líderes, não esperávamos que essas duas sessões extraordinárias fossem convocadas para pautar a PEC 5. Não era isso o que esperávamos. Esperávamos que, hoje, no Colégio de Líderes, decidiríamos a pauta de hoje com base no que foi decidido na semana passada, e já teríamos uma visão do que poderíamos discutir na próxima semana.

Sr. Presidente, entendo que a aprovação de uma PEC dessa forma, sem nenhuma conversa com o novo Governo, sem nenhuma conversa institucional verdadeira e real com um Governo que acabou de assumir, não mostra o respeito merecido por aquele que é, hoje, o ordenador de despesas, o Executivo do estado de São Paulo, que tem o compromisso de dar continuidade aquilo que foi feito pelo governador Geraldo Alckmin. Esse Governo não é um Governo de descontinuidade. Pelo contrário, é um Governo de continuidade, um Governo que se baseia nos mesmos princípios que estavam estabelecidos no passado. É claro: com inovação, com um jeito diferente de governar, conversando com as pessoas, dialogando de forma sincera.

Sr. Presidente, há pouco tempo, V. Exa. dizia que só pautaria a PEC se tivesse a assinatura de todos os líderes da Casa. Se todos os líderes assinassem, V. Exa. pautaria a PEC. Isso acabou acontecendo, inclusive com a assinatura do líder do PSDB. Porém, no dia da votação, o líder do meu partido, o PSB, retirou a assinatura, pois faltava pouco mais de uma semana para que o novo Governo assumisse. É interessante que essa PEC só tenha sido pautada cinco dias antes da posse do novo Governo, ou dez dias depois. Isso chama a nossa atenção. Naquele momento, a assinatura foi retirada e V. Exa. não pautou a PEC. Ela foi pautada em outro momento, pois a assinatura dele não teve valor, mas a PEC não prosperou, não conseguiu os votos necessários. Agora, pegando-nos quase no contrapé, essa PEC é pautada.

Quero aqui fazer um apelo aos Srs. Deputados: façam uma reflexão, reflitam se, efetivamente, neste período... Estamos há menos de 180 dias das eleições. A lei eleitoral fala, de forma clara, que não podemos votar aumentos de reajuste que deem repercussão geral, e essa PEC dá repercussão geral.

Aliás, o orador que me antecedeu, na sessão anterior, se não me falha a memória, o deputado disse que essa PEC não é só para os coronéis, ela atinge todas as pessoas, vários funcionários. E é verdade. Temos aqui servidores em começo de carreira, que entendem que essa PEC também irá alcançá-los, que eles também serão beneficiados. Se nós temos esse entendimento, se eles têm esse entendimento, o que dirá o Ministério Público?

É importante que cada um aqui faça uma reflexão. De mais a mais, estamos votando uma Proposta de Emenda Constitucional. Há pouco o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Manoel Calças, falou para nós do princípio da simetria, das leis e das normas, e de uma mudança regimental que ele estaria fazendo no Regimento do Tribunal de Justiça, justamente por conta desse princípio.

Baseado nesse princípio, não é difícil de se imaginar que alguém - não estou afirmando isso, mas estou supondo - que alguém também vá falar que, por conta da intervenção no Rio de Janeiro, está proibida no Congresso Nacional a tramitação de PECs, que aqui também a PEC seja proibida.

São indagações que fazemos e, de forma açodada, não se pode responder-las. Precisamos discutir mais, precisamente hoje. Já estamos com a primeira discussão encerrada, mas teremos ainda 12 horas de discussão no segundo turno. É claro que vamos discutir, mas eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, que fizessem essa reflexão.

Neste momento, 10 dias após a posse do novo Governo, pouco mais do que isso, vamos votar um projeto dessa envergadura, sem nem ao menos conversar com esse Governo, quais são os impactos? Ou com o próximo Governo. É bom lembrar que teremos eleições. Não sabemos ainda quem vai ganhar a eleição, em outubro.

Está hoje uma disputa política. Quero dizer a todos que estamos falando de forma sincera, clara e objetiva. Não somos contra, mas este momento não é oportuno.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado, para encaminhar pelo PTB.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Vejo hoje o líder do Governo, um deputado que eu respeito muito nesta Casa, dizer inverdades, infelizmente, aqui.

Sou do PSDB, votei a PEC, sempre defendi. Ele, como líder do Bloco, sempre defendeu que fosse pautada a PEC. A partir da hora em que assumiu o Governo, é contra pautar a PEC. Não consigo entender, porque V. Exa., como líder do Bloco, sempre quis que votássemos. Sempre defendeu que o presidente pautasse. E agora está sendo pautado, foi um compromisso que ele fez, no fim do ano, de ser pautada a PEC agora.

São inverdades que não podem ser feitas. Vossa Excelência está começando, é um homem que eu respeito, que é o líder do Governo, mas vir aqui dizer que o Governo de 20 anos não quis votar... sou do PSDB, assinei a PEC junto com o deputado Campos Machado. Votei a PEC do Campos Machado, às vezes que foi, e defendo que seja aprovada essa PEC.

É só isso que tenho a dizer.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, lamento que o deputado Carlão Pignatari esteja com problema de audição. Acho que ele não está ouvindo bem.

Quando eu assomei à tribuna, afirmei que sou signatário da PEC, que fui autor da PEC. Sempre defendi a PEC. Assinei juntamente com o deputado Campos Machado, e defendi a PEC. Em nenhum momento eu disse que, como líder do Bloco, eu não queria que a PEC não fosse votada.

Vossa Excelência falou e eu ouvi. Vossa Excelência precisa ouvir mais.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vossa Excelência está querendo tirar a PEC de pauta.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Vossa Excelência precisa aprender a ouvir. Se V. Exa. tivesse ouvido, V. Exa. não estaria falando inverdades aqui. Quem fala inverdades é Vossa Excelência. Vossa Excelência precisa ouvir mais. Vossa Excelência precisa ouvir. Inverdade é V. Exa. falar que defendeu a PEC nº 5. Nunca pediu a PEC nº 5. Eu pedi a PEC nº 5 realmente; isso é verdade. Mas não cinco dias antes da transição de Governo. Isso é oportunismo. Oportunismo nós não vamos admitir aqui. Oportunismo V. Exa. é acostumado a fazer lá na sua província; aqui não. Aqui não tem oportunismo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, acho que é uma falta de respeito que o líder do Governo está tendo com o deputado desta Casa. Em momento algum eu disse isso. Eu estou dizendo que depois... o senhor disse...

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - É falta de respeito V. Exa. me chamar de mentiroso. Falta de respeito é me chamar de mentiroso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em nenhum momento. Eu disse que V. Exa. disse uma inverdade.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Inverdade é sinônimo de mentira. Inverdade é sinônimo de mentira. Vossa Excelência fala lá com os seus servos, não comigo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Carlos Cezar, a palavra está com o nobre deputado Carlão Pignatari. Acho que antes de V. Exa. continuar, deputado Carlão Pignatari, é importante baixar a temperatura, nós estamos aqui numa sessão importante da Assembleia Legislativa, temos um orador ocupando a tribuna, não acho esse tipo de discussão e briga neste nível. Não temos esse tipo de nível no Parlamento; nunca tivemos. Portanto, se pudermos acalmar os ânimos de todos será importante para termos continuidade aos trabalhos. Esta Presidência vai devolver a palavra ao nobre deputado Carlão Pignatari pelos três minutos, para que V. Exa. possa usar da palavra.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, o deputado Carlos Cezar está aqui hoje fazendo uma coisa que eu nunca o vi fazer. Sempre o respeitei, e não disse, em nenhum momento que V. Exa. mentiu; eu disse que V. Exa. disse inverdades. Inverdades por quê? Porque enquanto líder do Bloco V. Exa. sempre pediu que fosse pautada; V. Exa. disse isso. Não disse que V. Exa. mentiu. Então, V. Exa. que não está ouvindo direito. Agora, província? Só se for na sua região que eu o respeito. Na minha não tem. Servo eu não tenho. Eu tenho pessoas que me respeitam como grande líder político na minha região, como V. Exa. é na sua. Temos que ter respeito pelas pessoas aqui. Só isso que nós queremos.

Sr. Presidente, só quero dizer que eu vejo a incongruência: quando não era Governo pedia para pautar todo dia, agora é Governo não quer que se paute a PEC nº 5.

E o PL 25 hoje não deu quórum em duas chamadas nos congressos de comissões porque a base do Governo hoje não deu quórum. Só alguns que foram; não deu quórum. Então, nós não conseguimos deixar o projeto pronto para se derrubar-se o veto amanhã que foi um acordo que nós fizemos hoje no Colégio de Líderes, que infelizmente não conseguimos resolver; infelizmente não conseguimos resolver.

Então, Sr. Presidente, acho que é isso que temos que fazer nesta Casa. Temos que aprender a respeitar os acordos que são feitos no Colégio de Líderes. Tínhamos que ter feito o congresso de comissões, tínhamos que ter deixado o projeto pronto para que amanhã fosse votada a derrubada do veto do PL 25, que foi um acordo feito nesta Casa e que, infelizmente, foi vetado pelo governador e isso não poderia ter acontecido, mas que assim vamos corrigir se der quórum no Colégio de Líderes. Acho que isso é muito importante de ser dito aqui.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Solicito a palavra para comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para uma comunicação, deputado Carlos Cezar? Pergunto o nobre deputado Campos Machado se permite a comunicação, posto que está na tribuna. (Aquiescência do orador) Pela última vez, o deputado Campos Machado está permitindo, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB – PARA COMUNICAÇÃO - Quero agradecer ao deputado Campos Machado. Só lamentar, mais uma vez, essa baixaria do deputado Carlão Pignatari. Quero lamentar demais. Lamentar demais que estou falando inverdades, que eu estou falando mentira. Quero lamentar isso:

chamar de província eu não sabia que isso ofendia alguém. Mas se ofende, peço desculpa, porque respeito muito sua cidade. Não achei que isso iria ofender Vossa Excelência. Se isso o ofendeu... Agora, eu gostaria que V. Exa. me respeitasse. Eu disse aqui que sou signatário, nós somos favoráveis. O momento não é oportuno. O momento não é esse, diferentemente de V. Exa. que eu nunca vi lutar por isso. Vossa Excelência foi líder do PSDB; V. Exa. foi líder. Eu nunca vi V. Exa. assinar para que a PEC nº 5 entrasse em pauta. Eu nunca vi V. Exa. defender que a PEC nº 5 fosse voltada aqui; nunca vi isso, nunca vi isso. Vi o líder Massafera, esse sim, que perdeu o cargo de liderança porque assinou para que se pautasse a PEC. Esse sim, esse eu vi. Nunca vi V. Exa. fazer ação efetiva. Vossa Excelência vem agora porque é fácil, atirar pedra é mais fácil, posicionar-se como vítima é mais fácil. Eu gostaria que V. Exa. tivesse a hombridade de falar quantas vezes, como líder, pediu para que se pautasse a PEC, quantas vezes V. Exa., no Colégio de Líderes, pediu para que se pautasse. Pelo contrário; eu era líder da minha bancada e lembro-me de V. Exa. se posicionando lá no Colégio de Líderes, dizendo que era contra a PEC para o deputado Campos Machado. Vossa Excelência dizia, com todas as letras, que era contra a PEC, que votaria contra. Todos eram a favor, mas V. Exa. dizia que votaria contra, que o PSDB era contra. Dizia que era líder do PSDB e que era contra. Então, inverdade quem está dizendo aqui não sou eu, não. Inverdade quem diz aqui é V. Exa., que infelizmente tem memória fraca.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, uma vez mais quero cumprimentá-lo, não pelo seu gesto de pautar, mas pelo seu compromisso com o Regimento. (Manifestação nas galerias.) Quero cumprimentar pessoas de coragem, como o deputado Roberto Tripoli, como o deputado Doutor Ulysses, como o deputado Chico Sardelli, como o deputado Ed Thomas, que embora façam parte do bloco, do chamado bloco, estarão aqui para votar pela PEC. (Manifestação nas galerias.)

Estranha-me o meu amigo, deputado Carlos Cezar, por falar que há vícios jurídicos nesta PEC. Quem é que falou ao deputado Carlos Cezar que há vícios jurídicos? Quando ele ouviu isso? Em que faculdade, em que universidade? Eu fiquei abismado porque nunca vi o deputado Carlos Cezar agressivo. Agressividade faz parte de mim, confesso; mas do deputado Carlos Cezar, não. Não posso admitir, deputado Carlão - desculpem-me os deputados que são contrários a minha posição. Sempre digo que três coisas não voltam mais na vida: a palavra dada, a flecha lançada e a oportunidade perdida. Quem deu a palavra para mim foi o deputado Carlos Cezar, então líder do seu partido. Não tenho por que, e não tinha por que deixar de acreditar no deputado Carlos Cezar. O próprio deputado Caio França também assinou, na oportunidade, o requerimento que pedia a pauta da PEC.

Desculpem-me, meus senhores e minhas senhoras; quando era o governo Geraldo Alckmin, defendi a PEC porque achava que ela era uma questão interna, não poderia haver interferência de quem quer que seja. Agora estou aqui. Meu partido, se não for um dos mais fortes do Estado, vai apoiar para governador o Dr. Márcio França. Como posso aceitar a interferência dele nesta Casa? Não. (Manifestação nas galerias.) Não posso aceitar. Não posso aceitar. O meu partido, com 72 prefeitos, 600 vereadores e 21 departamentos, pode desequilibrar a eleição em São Paulo. Aí vejo o quê? O líder do governo mudando de opinião, mudando de lado, buscando encontrar caminho jurídico onde não existe, desculpas que não podem permanecer sem resposta?

Deputado Roque Barbiere, não é possível um político voltar atrás. Eu nunca voltei atrás na minha vida. Geraldo Alckmin nunca ligou para mim para pedir qualquer coisa que interferisse no meu trabalho nesta Casa. Também não vou aceitar e o Dr. Márcio França também não me ligou. Ele sabe que eu não aprendi a conjugar o verbo “recuar”. Ele sabe que eu não sei abaixar a cabeça a nada, e ele vai ter o apoio total. Não tem meia gravidez na nossa posição, como estou vendo hoje na bancada do PSB, me desculpe.

Eu não posso aceitar que o evangélico, meu amigo e irmão Carlos Cezar, tenha ficado enraivecido e agredido o deputado Carlão Pignatari. Por quê? Que culpa tem o deputado Carlão Pignatari, que sempre defendeu a PEC? Que culpa tem o deputado Carlão Pignatari que os deputados Carlos Cezar e Caio França mudaram de opinião? Que culpa? O deputado Caio França já faz parte do PDR, o Partido dos Retirantes, porque retirou a assinatura.

É meu amigo, é um moço de valor. Ele sabe que nós vamos ganhar a eleição juntos, mas não pode. Eu não posso aceitar a posição do deputado Carlos Cezar. Ele vai fazer o quê? Vai obstruir aquilo que ele construiu? Ele vai destruir aquilo pelo que ele trabalhou arduamente, me ajudou e hoje ele mudou de opinião? Quem explica? Nem Freud explica isso. Quero deixar claro aqui: deputado de coragem vai cumprir a sua assinatura.

Eu vejo na relação do PSB... Onde está o deputado João Caraméz? Ia votar com a gente. Não está aqui na Casa. Elogio o deputado Ed Thomas, que está aqui.

Elogio o deputado Afonso Lobato, que está votando com a sua consciência. O que é que fez o líder do Governo hoje? Fez 45 reuniões, chamando um por um e se esqueceu e sem querer ligou para o deputado Gondim, que é do PTB. Não, nós temos muito tempo. Eu disse ao meu amigo, deputado Carlos Cezar, e ao meu amigo, deputado Caio França, que politicamente vou apoiar o governo Márcio França.

Aqui, na Assembleia, sou contra tudo. Tudo que vier do governo sou contra. Já estou avisando para não ter problema. Não vou votar nada que venha do governo, porque o governo não está sendo justo comigo. Não é comigo, é com os integrantes da categoria. Que culpa têm os senhores e senhoras do problema PSDB e PSB? Qual é o problema da encrenca dos dois? E nós, e eles? Que culpa têm os integrantes dessa PEC com a disputa Doria e Márcio França?

O que eles têm com quem vai ocupar o palanque, se é Joaquim Barbosa, se é Geraldo Alckmin? Qual culpa deles? Mas não, a questão política é que está interferindo aqui na discussão desta PEC, só a discussão política. Eu quero ouvir os candidatos a deputado que vão recorrer as cidades dos senhores e das senhoras e vão ter que explicar. Vão ter que explicar sim e, por favor, escutem o que estou dizendo, nós não podemos tratar adversários como amigos. Não podemos.

Adversário é adversário, amigo é amigo. Não existe posição dúbia. Essa discussão do deputado Carlos Cezar, meu irmão, com o deputado Carlão, se eu fosse mais sentimental choraria aqui na tribuna. Onde se viu um negócio desses? Nunca vi. O deputado Carlos Cezar está cumprindo a obrigação dele, a mesma obrigação que o deputado Barros Munhoz cumpria. Ele não era contra a PEC. Ele tinha compromisso como líder do Governo em impedir a votação, mas nunca interferiu em nenhum deputado.

A tal ponto que a bancada do PSDB - capitaneada outrora pelo deputado Massafera - apoiou integralmente. Até me atrevo a dizer que vamos ter o voto favorável do deputado Barros Munhoz. (Palmas.)

Vamos ter sim, porque é um homem independente, não é um homem de andar seguindo as ovelhas, que qualquer condutor de ovelhas pode levar. Não. Hoje é o dia da coragem. Hoje é o dia da verdade. Hoje é o dia em que não adianta sair pelos cantos. Não adianta ir embora e sair pela rampa, escondido. Não adianta se esconder debaixo da sua mesa no gabinete.

Hoje é dia de cada um vir aqui. Se for contra, como o deputado Pedro Tobias, mostra a sua cara. Se for favorável, vota “sim”. Quem vier votar “não”, olhe o passado e verifique se algum dia não apoiou a PEC para não sentir vergonha de si mesmo. Estou começando uma discussão que não vai terminar bem nessa legislatura. Não vai terminar bem.